



SINOPSE SINTIUS

Informativo do Sindicato dos Urbanitários

25/11/2021

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Centrais ligam sinal de alerta contra ofensiva do governo contra direitos

A jornalista Camila Mattoso escreveu, nesta segunda-feira (22), no Painel da Folha SP que a movimentação do governo Jair Bolsonaro para tentar mais uma vez aprovar no Congresso uma minirreforma trabalhista acendeu o sinal de alerta nas centrais sindicais, cujas lideranças já começaram a articular estratégias de reação.

A jornalista lembra que as centrais fizeram forte investida sobre os parlamentares no início do segundo semestre, com reuniões, ligações para gabinetes e manifestações. Em setembro, o Senado rejeitou a medida provisória.

Líderes sindicais, ouvidos pelo Painel da Folha SP, compararam as flexibilizações propostas na MP a uma volta à escravidão. O texto reduzia ou retirava obrigações como o pagamento de FGTS e de 13º salário.

A resposta das centrais sindicais foi em razão da matéria publicada pela Folha SP, no caderno Mercado, repercutindo a informação de que o governo planeja insistir na votação de um projeto que flexibiliza a legislação trabalhista com a justificativa de melhorar as condições para os trabalhadores informais.

De acordo com apuração da reportagem, ao contrário das duas vezes anteriores, em que o Executivo foi o principal defensor das mudanças, o Ministério do Trabalho e da Previdência agora quer a liderança do Congresso na discussão.

Saiba mais em: CNTI, quinta-feira 25 de novembro.

Deputados pressionam por Auxílio Brasil maior do que o previsto pelo governo

As mudanças no Auxílio Brasil em discussão pelo Congresso devem pressionar a verba para o programa social mesmo se o governo conseguir garantir um orçamento de quase R\$ 86 bilhões para o próximo ano.

O Auxílio Brasil, que substituiu o Bolsa Família, foi criado por MP (medida provisória) editada em agosto e precisa ser aprovado pelo Congresso até 7 de dezembro. A Câmara adiou novamente a votação do texto nesta quarta-feira (24) após uma disputa entre o governo e o relator da proposta, deputado Marcelo Aro (PP-MG).

Aro apresentou a líderes da Câmara uma versão que alteraria pontos do programa social com a marca do presidente Jair Bolsonaro.

Como mostrou a Folha em setembro, uma das propostas é prever uma correção automática do valor da renda transferida mensalmente à população mais pobre do país. O reajuste seria pelo INPC (índice de inflação com foco nas classes mais baixas).

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 25 de novembro.

PEC dos Precatórios trava Judiciário e transforma Brasil em país caloteiro, diz comissão da OAB

Eduardo Gouvêa, presidente da Comissão de Precatórios da OAB Nacional, afirma que a PEC dos Precatórios, em sua forma atual, é inconstitucional, vai travar o funcionamento do Judiciário e transformar o Brasil definitivamente em um país caloteiro.

Ele afirma que a solução para o problema que o governo classifica como um "meteoro" sobre as contas públicas é retirar essas dívidas do teto de gastos.

Diz ainda que o Senado tem a oportunidade de mudar o texto vindo da Câmara para criar ferramentas que permitam acabar com a própria existência dos precatórios, algo que só existe em países em que o governo, ao contrário dos contribuintes, não tem obrigação de pagar suas dívidas.

"Se criar uma situação em que o credor possa aderir com segurança jurídica, a gente consegue melhorar inclusive o cenário para o mercado financeiro, evoluindo para uma situação que culminaria com a destruição desse sistema perverso de precatórios que está aí para matar as pessoas na fila", afirma.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 25 de novembro.

Inflação em alta e problemas nas cadeias travam grandes descontos na Black Friday

A inflação em alta, o câmbio e os problemas de abastecimento em algumas cadeias devem travar os descontos oferecidos por lojas na Black Friday deste ano. Com famílias endividadas e o mercado de trabalho reagindo de forma lenta, a expectativa de economistas é que o ticket médio também seja inferior ao de 2020.

"Os descontos claramente serão menores. Os empresários estão com margem de lucro apertada, o consumidor está endividado, e esse cenário será desafiador para o varejo conceder o desconto que o cliente espera", afirma Kelly Carvalho, assessora econômica da FecomercioSP.

Algumas projeções para a Black Friday, incorporada no calendário do varejo desde 2010, também indicam mudanças na cesta de consumo. As vendas em categorias de eletrônicos e eletrodomésticos, que historicamente têm boa saída, devem desacelerar, à medida que as famílias trocaram de aparelhos durante os períodos de restrição social da pandemia.

Projeção da CNC (Confederação Nacional do Comércio) mostra aumento da participação de segmentos como vestuário e itens de cuidados pessoais. Deve crescer o consumo voltado para bens semiduráveis e não duráveis, o que pode beneficiar o setor supermercadista.

No ano passado, a Black Friday impulsionou em 3% o faturamento do varejo em novembro, sendo 30% no comércio online. A expectativa é que as vendas digitais permaneçam altas, mas o setor avalia que não há mais a corrida por compras na internet como no primeiro ano de Covid-19.

"Além da inflação, não podemos esquecer dos juros altos ao consumidor, que estão em patamar diferente do evento de 2020, quando a Selic [taxa básica de juros] batia um piso histórico", afirma Fabio Bentes, economista do CNC. Ele pontua que os produtos mais procurados frequentemente são vendidos a prazo, e que as parcelas estarão mais pesadas. **Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 25 de novembro.**

Lei Nº 14 237 de 19 de novembro de 2021 – Institui o auxílio Gás dos Brasileiros

Art. 1º É instituído o auxílio Gás dos Brasileiros, destinado a mitigar o efeito do preço do gás liquefeito de petróleo (GLP) sobre o orçamento das famílias de baixa renda.

Art. 2º Poderão ser beneficiadas pelo auxílio Gás dos Brasileiros, na forma do regulamento, as famílias:

I - inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) do governo federal, com renda familiar mensal per capita menor ou igual a meio salário-mínimo nacional; ou

II - que tenham entre seus membros residentes no mesmo domicílio quem receba o benefício de prestação continuada da assistência social, nos termos dos arts. 20 e 21 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

§ 1º O auxílio será concedido preferencialmente às famílias com mulheres vítimas de violência doméstica que estejam sob o monitoramento de medidas protetivas de urgência.

Art. 3º Parágrafo único. O pagamento do benefício previsto nesta Lei será feito preferencialmente à mulher responsável pela família, na forma do regulamento. **Saiba mais em: CNTI, quarta-feira 25 de novembro.**

Guedes diz que economia deve continuar crescendo e que vai combater a inflação

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse nesta terça-feira que a economia brasileira deve continuar crescendo e que vai combater a inflação. Ele participou no período da manhã de audiência nas comissões de Trabalho, Administração e Serviço Público e de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados.

"São R\$ 700 bilhões de investimentos já contratados, não é um plano, são contratos assinados", disse Guedes. "O governo está fragilizado, se endividou muito, quase quebrou, foi dilapidado. Quando os senhores legislam destravando os investimentos privados, há uma invasão de centenas de bilhões", completou, falando aos deputados.

Guedes disse que o desemprego no Brasil já era o dobro do mundo, considerando os "40 milhões de invisíveis" de antes, e que o aumento da inflação no País está em linha com o observado no resto do mundo.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 24 de novembro.